

Contra-revolução, trabalho e classes sociais¹

Sergio Lessa - Prof. da UFAL e membro da editoria da revista Crítica Marxista

A crise em que estamos mergulhados é tão profunda nas conseqüências e tão extensa no tempo, que se converteu em uma crise *sui generis*: ao invés dos pulsos destrutivos como na crise de 1929, temos o que Mészáros denomina de um *continnum*. Passou a ser a forma de reprodução do sistema do capital na época da "produção destrutiva" (Mészáros:1995). O nosso modo de vida, e a reprodução de nossa sociedade, incorporou a crise como se ela fosse um dado natural. O resultado dificilmente poderia ser outro: aos poucos nos tornamos insensíveis às suas conseqüências mais cruéis, à crescente perdularidade do sistema, à destruição voraz do planeta e ao embotamento da vida cotidiana de todos e de cada um de nós.

Um quadro como este apenas é possível porque vivemos no período contra-revolucionário mais longo desde que as revoluções surgiram como fenômeno social - e isto não se deu há muito tempo. A primeira revolução foi a Inglesa do Século XVII, mas a primeira que mostrou ao mundo do que exatamente se tratava foi a Grande Revolução Francesa, que se estendeu de 1789 a 1815. Foi apenas a partir dela que os homens reconheceram, em escala social, a história como o resultado de suas ações. E foi este fato, ao fim e ao cabo, lembremos, que possibilitou a Hegel a descoberta da história enquanto processo e, a Marx, a descoberta do homem enquanto o demiurgo de sua própria história. Desde a Revolução Francesa, não houve nenhum outro período no qual o capital se tornou tão hegemônico e tão plasmado à vida cotidiana como nos últimos trinta anos. Nunca antes a humanidade se comportou tão homoganeamente como se "não houvesse alternativa" ao capital.

Entre as características de um período revolucionário está, também, o fato de fazer das principais contradições da sociedade o nódulo articulador da vida cotidiana; o que vale dizer, ele insere os antagonismos e contradições nas alternativas, nas necessidades, nas possibilidades (com os correspondentes processos de valoração, de produção de conhecimentos científicos, de reflexão estética, etc.) dos processos sociais, atos singulares de cada indivíduo inclusos. Com isto, como dizia Lenin, aprende-se em uma semana de luta revolucionária o que não se aprenderia em anos de vida "normal". Nos períodos revolucionários, como a reprodução social adquire uma nova qualidade no seu todo, também os atos singulares, que são seus elementos indispensáveis, são articulados por uma nova relação do indivíduo, das classes, dos inúmeros complexos sociais, com a história.

¹ Publicado na Revista Temporalis, n.4, pp. 75-86, ABEPSS, 2001.

A história das revoluções, a começar pela Revolução Francesa, é um exemplo eloqüente desta mudança de qualidade².

Um período contra-revolucionário tão extenso quanto este que vivemos opera um efeito simétrico. Mascara as contradições e insere, tanto nos atos individuais quanto nos processos sociais, necessidades, possibilidades e alternativas centradas no indivíduo cindido do processo histórico mais global. Os processos valorativos são, nessa circunstância, permeados pelo individualismo, a ciência exerce sua função social em meio a nuvens de pré-conceitos e credices, a reflexão estética se dissolve pela falta de conteúdo; em uma palavra, a reprodução da sociedade e dos indivíduos se fixa na particularidade estreita e mesquinha da propriedade privada. É a efetivação plena da alienada³ cisão entre o singular e o social, entre o indivíduo e o gênero humano que Marx, em *A questão judaica*, caracterizou tão precisamente como a cisão *ci toyen/bourgeois* (Marx, 1969:27).

Este período contra-revolucionário que nos envolve tem, ainda, uma importante característica ideológica. Karl Radek, um dos maiores panfletistas da Revolução Russa, no contexto da crise do início dos anos vinte, insistiu que, se fosse derrotada pelos russos brancos, a revolução se reergueria novamente, como muitas vezes no passado. Mas, se os revolucionários derrotassem a si próprios, a recuperação seria muito mais difícil. Por um processo que ainda está à espera de ser elucidado em suas minúcias, ao longo do século XX, de Lênin à Krushev, a tradição predominante entre os revolucionários foi sendo empurrada, de conjuntura adversa em conjuntura adversa, à posições cada vez mais distantes das originais. As atas das reuniões do comitê central bolchevique, às vésperas da tomada do poder em Outubro, mostram como eram unânimes na avaliação de que o atraso da Rússia não poderia servir de base à construção do socialismo. Concebiam a tomada do poder como o estopim que desencadearia a revolução europeia e os operários dos países mais desenvolvidos mostrariam então, para os russos, como se faria o socialismo. Isto em 1917. Poucos anos depois, já no contexto da NEP e na seqüência do X Congresso do PC(b)R, as posições começam a se alterar. O socialismo agora é possível, ainda que não no seu "sentido amplo", na feliz diferenciação que Fernando Claudin localizou

² Vasta é a bibliografia nesta área. Imprescindíveis, a meu ver são os seguintes títulos Soboul, A. *História da Revolução Francesa*. Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1974. Duas observações: há uma versão condensada desta obra de mais de 500 páginas, não tão interessante; uma edição comemorativa, ampliada, apareceu pelas Editions Sociales em 1989. Trotsky, L. *História da Revolução Russa*. (três tomos) Ed. Paz e Terra, s/d. Lukács, G. "O Trabalho" in *Per una Ontologia dell'essere sociale*. Vol II/*, Riuniti Editori, 1984. Tradução de Ivo Tonet, principalmente nas passagens em que trata da relação entre valores e os atos singulares.

³ No sentido de *Entfremdung*.

no emprego do termo⁴. Daí para o "socialismo em um só país" foram poucos anos e, após o massacre do que havia restado da velha guarda bolchevique, anunciou-se a plenitude do socialismo na URSS e, para completar a sequência, a passagem para o comunismo no início dos anos 1950.

Nisto havia plena concordância entre os reacionários mais empedernidos e os stalinistas. Aos primeiros, interessava identificar o socialismo e o marxismo ao stalinismo; aos segundos era importante o prestígio do socialismo para a sua legitimação política. A principal tradição revolucionária do século XX foi abandonando o comunismo e se adequando a uma ordem que mantinha a dominação do homem pelo homem. E, por mediações e argumentos teórico-políticos os mais variados, dessa adaptação à uma ordem que mantinha a dominação do homem pelo homem evoluiu-se para uma crítica parcial da mesma, conduzindo a posições meramente democráticas: o Estado passa a ser uma instituição insuperável e, a seguir, o *LOCUS* da realização da vontade geral e do bem comum, com claros acentos rousseauianos⁵. A revolução vai perdendo cada vez mais o caráter de ruptura e se convertendo em um processo cada vez mais contínuo de evolução da ordem burguesa. O fundamental do comunismo (um metabolismo social incompatível com toda forma de reificação e, portanto, incompatível com a mercadoria) é mantido num canto escondido da estante. Pode ser que algum dia ainda sirva para alguma coisa. Hoje, todavia, é tão inútil quanto a idéia da pedra filosofal. Assim, entre os revolucionários, refletindo a ação de uma existência contra-revolucionária até mesmo sobre os espíritos mais generosos, a democracia substituiu o comunismo e continuidade substituiu revolução.

Contudo, já que essa mesma existência regida pelo capital é uma crescente ameaça à própria sobrevivência da humanidade e como ela revela os limites do atual metabolismo social, a urgência por soluções a problemas radicais não deixa de assombrar, como um pesadelo, o cérebro dos vivos: percebemos nossas misérias, mas somos incapazes de tirar delas as lições e as conseqüências teóricas que sua mera

⁴ Claudin, F. *A crise do movimento comunista*. (dois tomos). Trad. José Paulo Netto. Ed. Global, Rio de Janeiro. Esta é seguramente a melhor história da III Internacional atualmente disponível, mesmo que algumas de suas teses possam ser questionadas. Sobre esta trajetória dos revolucionários russos, interessante é também Serge, V. *Memórias de um revolucionário*, Cia. Das Letras, 1987 e, do mesmo autor, *Ano I da Revolução Russa*, Ed. Ad Homminen, para informações acerca da vida cotidiana na Rússia daquela época.

⁵ Há um texto póstumo de G. Lukács, *Process of Democratization* (SUNNY Press, 1991), que é emblemático desta encruzilhada. Sua argumentação de que a saída para o Leste Europeu não estava no liberalismo burguês é muito poderosa, e demonstra o quanto esta concepção estava penetrando no universo ideológico daquelas sociedades. Por outro lado, sua defesa do Leste como socialismo deformado é bastante débil. Indicativo do clima no interior dos PCs em relação a esta questão são os livros de Semprum, em

presença deveria estimular. Vivemos, hoje, um paradoxo: mergulhados no *continuum* que ameaça a destruição da própria humanidade, em um momento em que a solução até mesmo dos problemas mais banais requer soluções radicais; em um quadro histórico no qual literalmente todas as soluções parciais têm resultado no fracasso mais retumbante - neste momento da história, a humanidade se especializa em contorcionismos teóricos para manter a "crença" que soluções parciais resolveriam nossos dilemas tornados universais.

Este contexto ideológico tem uma pesada influência no que, ao que tudo indica, será o novo aspecto do debate acerca do trabalho, o qual já se estende por quase por duas décadas. Se, no início, tratava-se de cancelar o trabalho enquanto categoria fundante do mundo dos homens (e, claro, cancelar também o seu mais importante corolário, o homem como senhor de sua própria história⁶), agora o que está ocupando o centro das intervenções é, cada vez mais, a questão da identidade da classe revolucionária, mais especificamente a relação entre o trabalho e a classe revolucionária. Entre nós, Ricardo Antunes apontou esta questão ao propor que a nova configuração da classe revolucionária seria a "classe-que-vive-do-trabalho", ou seja, assalariados que não fossem personificações do capital⁷. Armando Boito propõe a existência de um proletariado de serviços. Na Europa, várias tentativas caminhavam também no sentido, para sermos breves, da "ampliação" do conceito de classe revolucionária.

Num clima ideológico que cancela a distinção entre revolução e democracia, que a democratização do capitalismo se converte na, se me permitem, "primeira etapa do socialismo"; num momento em que expressões como "revolução passiva" (Negri) e "democratização do Estado" são recebidas como se não fossem contradições em termos,

especial *Que belo domingo!* E *Auto-biografia de Federico Sanches*, ambos editados pela Paz e Terra.

⁶ Desde o fim do emprego de Claus Offe, ao fim do trabalho em Kurz, passando pelo fim do proletariado em Gorz e o "mundo da vida" como categoria fundante da sociabilidade humana de Habermas, muita tinta correu na proposição de "novas teorizações". Muitas delas desapareceram sem quase deixar sinais, como foi o caso do "marxismo analítico", da "teoria dos jogos", etc. Hoje, a "bola da vez" parecem ser as elucubrações de Hardt, Negri e Lazzarato acerca da "classe expandida" resultante da plena explicitação do "amor para o tempo por se constituir" no "trabalho imaterial". Estamos dedicando uma série de artigos à descrição e análise crítica dos textos mais importantes destes autores e, por isso, não nos estenderemos mais sobre eles nesta ocasião. O debate, contudo, parece estar se encaminhando para um novo eixo: não mais a relação trabalho/socialidade, mas a articulação trabalho/classe revolucionária.

⁷ Entre *Adeus ao Trabalho?* (Ed. Cortez, 1995), o texto em que propôs esta formulação e *Os Sentidos do Trabalho* (Boitempo, 1999), no qual a desenvolve, há algumas nuances que talvez sejam significativas para um tratamento mais cuidadoso desta categoria proposta por Antunes.

é neste contexto que emerge no interior do debate a afirmação que não teria mais validade a distinção entre operários e assalariados em geral: seríamos todos, de algum modo, trabalhadores.

É sobre esta questão que gostaríamos de dirigir alguns comentários, nesta oportunidade.

O que distingue as classes sociais?

Para transformarem a natureza nos bens necessários à reprodução de suas vidas, é que os homens se organizam em sociedades. Por isso, a forma pela qual eles transformam a natureza tem um impacto tão decisivo no surgimento e desenvolvimento das relações sociais. A sociedade de classes é uma forma que corresponde a dois limites historicamente precisos: ela é impossível em um estágio de desenvolvimento das forças produtivas que ainda não permita o trabalho excedente. E ela é desnecessária quando o desenvolvimento das forças produtivas gera uma situação objetiva de abundância, na qual a exploração do homem pelo homem se converte num entrave - e não mais condição imprescindível - para o desenvolvimento das forças produtivas. O período em que as classes sociais foram a forma mais adequada ao desenvolvimento das forças produtivas é delimitado, no seu limite inferior, pela descoberta da agricultura (a Revolução Neolítica) e, no seu limite superior, pela Revolução Industrial.

Nesse período de dezenas de milhares de anos, a humanidade produziu a si mesma como um gênero humano cuja unificação objetiva máxima possível, o mercado mundial, apenas pôde se realizar pela mediação da cisão das sociedades em classes. Claro que tal unidade genérica é muito primitiva; tão primitiva que apenas pode existir sendo mediada pela divisão dos humanos em trabalhadores e exploradores. É nesse solo histórico, denominado por Marx de "pré-história da humanidade", que as classes sociais surgiram, se afirmaram e se desenvolveram.

Por essa razão, o que distingue as classes entre si é o local que ocupam na estrutura produtiva da sociedade. Se é uma classe que vive do seu próprio trabalho ou se, ao contrário, vive do trabalho alheio. E é, portanto, a estrutura produtiva de cada sociedade o fundamento último na delimitação da forma histórica que as classes sociais assumem no seu interior.

Tanto no escravismo, no feudalismo quanto no capitalismo, há uma parcela parasitária que vive da riqueza produzida pelos trabalhadores. "Na Roma antiga, temos patrícios, cavaleiros, plebeus e escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassallos, mestres das corporações, aprendizes, servos e, além disso, graduações particulares no interior dessas classes. A sociedade burguesa /.../ não aboliu os antagonismos de classes." Pelo contrário, "A nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se /.../ por ter simplificado os antagonismos de classe. Toda sociedade

está dividida, cada vez mais, em duas grandes classes em conflito direto: a burguesia e o proletariado." (Marx e Engels, 1998:5) Como a forma de produção dessa riqueza é muito diferente entre os distintos modos de produção, as classes sociais e as relações entre elas também são muito diferentes em cada período histórico. Fato decisivo, aqui, é que o desenvolvimento das forças produtivas significa, sem mais, que o aumento da produtividade torna cada vez menor a proporção de trabalhadores na população total.

Essa determinação ontológica das classes sociais a partir da estrutura produtiva de cada sociedade é o critério decisivo para a distinção entre elas. É nesse terreno que ocorre a delimitação das potencialidades históricas e dos interesses materiais que esboçam o horizonte ideológico de cada uma das classes. É, ainda, neste terreno que têm fundamento as impossibilidades ontológicas que cada classe é portadora. Determinar os nexos internos à reprodução econômica de cada formação social é, portanto, imprescindível para a identificação das classes enquanto tais e nas suas interações.

A "simplificação" a que se referem Marx e Engels, acima, tem por fundamento a crescente penetração das relações de produção capitalistas em todos os complexos sociais⁸, o que transforma a enorme maioria das pessoas ou em trabalhadores explorados pelo capital ou, então, em burgueses. As diferenciações oriundas das remanescentes relações sociais pré-capitalistas vão sendo abolidas à medida em que as relações capitalistas se generalizam. As diferenciações de classe vão se tornando cada vez mais "simples" e vai se evidenciando o antagonismo burguesia/proletariado.

O desenvolvimento do capitalismo tem ainda uma outra consequência importante: a crescente divisão do trabalho, com a distinção cada vez maior entre as atividades econômicas, não apenas internamente, mas também entre si, é o fundamento da gênese de uma enorme gama de "profissões", de atividades e especializações que cumprem a função anteriormente concentrada no burguês ou, então, num pequeno círculo de auxiliares que o cercavam diretamente. O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas torna ao mesmo tempo necessário (pois a divisão do trabalho assim o requer) e possível (pois a maior produtividade permite que cada vez menos indivíduos se envolvam na produção) o surgimento de um enorme exército de profissionais que auxiliam o capital a manter o sistema em funcionamento. Some-se a esse exército de auxiliares da burguesia, aquelas atividade que realizam a mais-

⁸ Há, contudo, que se ter cuidado nesta esfera. Pois a extensão das relações capitalistas não significa a afirmação, sequer enquanto possibilidade a mais remota, de uma *identidade absoluta* entre o capital e a totalidade social. Para sermos muito breves, o fundamento das alienações (no sentido de *Entfremdung*) capitalistas reside, não em último lugar, no fato de que *a humanidade não é o capital*, de tal modo que a reprodução deste pode significar a intensificação na produção de desumanidades.

valia (o comércio, p. ex.) e aquelas outras que produzem mais-valia embora não realizem a valorização do capital total (o professor e a cantora de ópera, nos exemplos clássicos de Marx) e teremos o quadro muito heterogêneo dos setores sociais que compõem a pequena-burguesia, aquela "classe de transição" (*Übergangsklasse*) entre a burguesia e o proletariado (Marx, 1979:229).

Tal como a burguesia, a pequena burguesia também vive da riqueza produzida pelos operários. A distinção da burguesia e da pequena burguesia com o "proletário" é que este "não é proprietário" (Marx e Engels, 1998:18), ou seja, ele vive da riqueza produzida pelo seu próprio trabalho.

Há, portanto, assalariados e assalariados. Entre esses, os proletários ocupam um lugar muito especial. Por serem os produtores do "conteúdo material da riqueza social" (Marx, 1983:46) sob a regência do capital, compõem a única classe que não vive parasitariamente, pelo contrário, é ele parasitado por todo o resto da sociedade. Por isso os "proletários nada têm a perder - exceto os seus grilhões. Têm um mundo a ganhar." (Marx e Engels, 1998:46)

Isto é o que faz do proletariado uma classe distinta entre a massa dos assalariados, é isto que ontologicamente distingue o proletário do "trabalhador". Todo proletário é um trabalhador, mas nem todo trabalhador é um proletariado.

Por mais correto que isto seja, contudo, é apenas parte do problema. Pois, "Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência, ergue-se toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas. A classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes." (Marx, 1979:224)

A relação entre as classes sociais, sempre e necessariamente, é uma relação de poder (pois, vimos, as classes são a forma de organização social fundada na exploração dos trabalhadores pelas classes dominantes). Por isso ela tem uma ineliminável dimensão política. A política tem por função o exercício do poder, e este tem seu fundamento na exploração do homem pelo homem. Por essa razão é que não há qualquer autonomia da política em relação à luta de classes, pouca autonomia em relação ao Estado e, com algumas mediações a mais, em relação ao Direito. Sem a exploração dos homens pelos homens, tornam-se inúteis não apenas as classes sociais, a política, mas também todos os complexos sociais articulados a esta relação, o Estado e o Direito acima de tudo.

Esse o motivo pelo qual a afirmação das classes na história tem, sempre, na política uma dimensão decisiva. É na luta política que as classes terminam delimitando o seu campo e moldando os confrontos pela atração daqueles setores intermediários que podem ser polarizados, na sociedade capitalista, pela burguesia ou pelo proletariado.

Tais setores intermediários compõem um enorme campo para as manobras políticas. Em primeiro lugar, eles são bastante heterogêneos quer se tratando da formação cultural, das atividades que exercem e dos salários que recebem. Um contador, um executivo e um policial vivem da riqueza produzida pelos operários, contudo, politicamente, eles tendem, tipicamente, a se comportarem de modo bastante diferenciado. O fato de parcelas de assalariados, em especial em períodos de crise, serem "proletarizadas" pelo desemprego ou pelo rebaixamento de seus salários, contribuiu para o aumento da parcela da sociedade que poderia potencialmente ser atraída pelo proletariado.

E, ainda mais, a tática e estratégia políticas tanto dos partidos burgueses e proletários interferem neste quadro, fazendo com que a fisionomia de cada classe esteja profundamente marcada pelo momento histórico, pelas lutas que são travadas e pelas necessidades e possibilidades geradas cotidianamente pelo incessante movimento das classes e grupos sociais. Um estudo, por mais superficial, da história das revoluções, revela o quanto a objetivação do ser de cada uma das classes se amolda a cada momento e a cada conjuntura, sempre, claro, dentro dos limites e possibilidades da determinação ontológico-material que as funda.

Para sumariarmos, na conformação particular do ser de cada classe em cada momento histórico, há a inter-relação dos complexos ideológico-políticos com as determinações que brotam da inserção de cada uma na estrutura produtiva da sociedade. Isto significa que, por um lado, não podemos afirmar qual será, no futuro, a fisionomia precisa que assumirá a burguesia e o proletariado na luta de classes, mas podemos afirmar com segurança que, qualquer que seja esta fisionomia, o antagonismo capital/trabalho será a sua determinação ontológica fundante.

A reprodução da sociedade capitalista em nossos dias, por mais novidades que apresente, mantém aquele que é o seu fundamento ontológico: a reprodução do capital pela exploração do trabalho. As duas classes sociais decisivas estão, seguramente, mantidas: burguesia e proletariado, proprietários e não-proprietários. O antagonismo entre elas brota do próprio solo material da reprodução social. Sem a alteração da relação de exploração que se afirma de modo fundante na esfera da produção, não há qualquer possibilidade de superar-se o antagonismo aqui presente.

O fato de vivermos em um momento de profunda contra-revolução, contudo, faz com que o reflexo dessa situação na esfera da luta de classes e, portanto, na política, assumam uma aparência inteiramente distinta. As lutas operárias entram em forte refluxo. Por quase uma geração, o máximo que assistimos em nosso país foram as manifestações e greves do ABC paulista no final dos anos de 1970 e as lutas do MST, algumas das quais têm o proletariado rural como seu esteio principal. Tais movimentos, significativos, estiveram muito longe sequer de constituírem uma manifestação operária *contra o capi tal ismo*. Elas foram uma expressão da luta contra os baixos salários e a falta de liberdade sindical. Hoje, décadas após, os limites

dessas lutas são claros: foram suficientes para, somados a outros fatores daquela conjuntura, impulsionar as classes dominantes a um outro modelo, agora "democrático", de dominação. Mas não foram muito além disso. Esgotado o impulso original, a força política que nasceu dessas manifestações em poucos anos se ajustou e passou a compor a ala esquerda do Partido da Ordem, na expressão de Marx em *O 18 Brumário*. (Marx, 1977: 201 e ss.)

Nesse contexto, as alternativas, os valores, as perspectivas, as escolhas, que são objetivadas cotidianamente são aquelas adequadas à reprodução do *status quo*. Como se a este "não houvesse qualquer alternativa". É por essa mediação que, hoje, a base sócio-política (aquela que é identificada pelas pesquisas de opinião) dos partidos mais à esquerda no Brasil não é a massa "ignara" e explorada, mas as "civilizadas" parcelas da população compostas pelos assalariados de "classe média". E, justamente por isso, para que esses partidos obtenham sucesso na luta política, hoje quase idêntica à disputa eleitoral, devem se adequar ao horizonte ideológico dos assalariados que, ainda que explorados pelo capital, vivem uma alienação muito mais confortável porque cumprem a função social de auxílio da burguesia na manutenção da reprodução do capital, sob as mais diversas modalidades.

As massas "ignaras" e exploradas (Marx, 1979: 279), os proletários, nesta situação contra-revolucionária, assumem uma fisionomia política imprecisa. Ora oscilam para a extrema direita, como ocorre nos votos que Paulo Maluf e César Maia recebem nas periferias de São Paulo e Rio de Janeiro, ora votam em partidos como o PT. Elas, no período contra-revolucionário, impedidas de sua conexão essencial com a história - a luta pela abolição da propriedade privada dos meios de produção - não têm outra alternativa senão as lutas parciais por objetivos historicamente limitados, terreno no qual "t[ê]m por força que fracassar". Na política, diferente de outras práxis, quem pode mais *não* pode menos. Quando os operários "renunciam a revolucionar o velho mundo com a ajuda dos grandes recursos que lhe são próprios", ficam reduzidos a "alcançar a sua redenção independentemente da sociedade, de maneira privada, dentro de suas condições limitadas de existência". Nesse "movimento" no qual tentam o menos porque não conseguem o mais, são engolidos pela reprodução do capital. Não colhem senão fracassos (Marx, 1979:209) e podem apenas ser coadjuvantes da pequena-burguesia ou da burguesia, e é assim que os operários comparecem nos mapas das nossas disputas eleitorais.

Frente a essa situação temos, tipicamente, duas posições teóricas possíveis. Podemos fazer nossa análise "histórica" nos restringindo aos mapas e às pesquisas eleitorais. Na maior parte das vezes, esta posição compartilha da concepção liberal segundo a qual a máxima expressão da política são as eleições. Identificando política à eleição e contemplando a distribuição entre os candidatos dos votos das secções eleitorais, constata o óbvio: a classe operária teria desaparecido no

interior dos assalariados e perdido sua identidade de classe, pois ela já não mais comparece nas eleições com uma fisionomia, um programa, um partido e candidatos, próprios.

Esta constatação está longe de ser, pura e simplesmente, falsa. O fato de ser uma constatação superficial não diminui sua eficácia na ação dos "agentes" ou "atores" como os sindicalistas, os políticos e marqueteiros do dia. É sobre esta realidade que se apóia a ação de um sindicalista quando vai à Alemanha negociar a demissão de seus colegas de trabalho e, quando volta com uma proposta de intensificação da exploração, é recebido como o "salvador da pátria", tanto pelos operários que representa como pelos burgueses que serve. É, ainda, esta mesma camada epidérmica do real que sustenta as propostas que sequer chegam a ser reformistas no sentido clássico do termo⁹, como aquela da Campanha da Cidadania liderada pelo Betinho.

Do ponto de vista ontológico, o que temos aqui é a constatação, uma vez mais, da descoberta de Marx de que o fenomênico é tão real quanto o essencial. Ou seja, que o que distingue o fenômeno da essência, na história, não é um maior *quantum* de ser da última, mas sim sua conexão com a continuidade do processo. Um dos elementos do atual período contra-revolucionário é esta impermeabilidade do fenomênico às contradições predominantes na sua base material. Isto produz um afastamento do fenomênico para com o essencial, mas não o torna menos real por causa disso. Pelo contrário. Justamente por ser substância e servir de solo social para as ações e propostas dos "agentes" e "atores" políticos que operam esta "convergência" entre a burguesia, os trabalhadores e os operários, pode a esfera fenomênica dar uma aparência de realidade às teses que se propõem a "aperfeiçoar o sistema do capital ao qual não há alternativa".

O critério adotado pela perspectiva teórica que restringe o real às pesquisas de opinião e mapas eleitorais, portanto, está longe de ser a última palavra na questão. O fato de conseguirem os votos nas disputas sindicais e eleitorais apenas significa que souberam interpretar a conjuntura e tirar dela o que desejavam. Mas está longe de significar que houve, ou está havendo, uma tal alteração da base produtiva da sociedade que as contradições trabalho/capital e as distinções entre os trabalhadores e os operários tenham sido abolidas.

Esta postura, que se aferra à realidade do fenomênico, tem sua eficácia e seu sucesso porque se apóia na epiderme dos processos históricos. Contudo, isto não significa que elas incorporem as necessidades e possibilidades que brotam da essência do momento histórico no qual vivemos. Seu sucesso, por essa razão, é sempre passageiro e fugaz: a vitória de hoje se dissolve na derrota mais geral e,

⁹ Lembremos que, originariamente, o reformismo era uma estratégia socialista de superação do capitalismo, e não uma proposta de manutenção de um capitalismo reformado.

de uma circunstância desfavorável que forçou um novo recuo, apenas preparam uma outra que conduzirá a um recuo ainda maior, e assim sucessivamente. E, para piorar ainda mais, sua capacidade de acumulação de conhecimentos é limitada, pois constitui ideologias incapazes de incorporarem as determinações mais essenciais do terreno no qual se desdobra a luta de classes.

Dizíamos que há duas posturas teóricas possíveis. Uma é se aferrar à epidérmica porção do real e constatar o constatável: não há mais distinção entre proletariado e trabalhadores e, corolário necessário, entre os trabalhadores e a burguesia haveria um amplo campo de "convergência", qual seja, o terreno do "aperfeiçoamento" do capitalismo. Aqui se situam, tipicamente, as propostas centradas na solidariedade e na distribuição de renda que obnubilam a exploração do homem pelo homem.

A segunda postura teórica possível é abordar o momento em que vivemos como parte de um processo histórico que contém, mas não se limita, aos mapas eleitorais e às pesquisas de opinião. Uma postura, portanto, verdadeiramente histórica. O que salta aos olhos, aqui, não é a aparente identidade entre operários e trabalhadores e a aparente convergência entre o capital e o trabalho na busca de uma sociedade mais democrática. Pelo contrário, o que salta aos olhos é que não vivemos uma crise revolucionária há muitas décadas e que, tal como ocorreu em situações análogas no passado, não apenas os revolucionários ficaram sem base social para a luta política cotidiana, como também a classe operária não comparece com uma sua identidade própria, um e outro fato intimamente articulados, obviamente.

Este fato, contudo, não cancela as causas e contradições mais profundas, fundadas na base material da sociedade que, em outros momentos da história, colocaram as massas em movimento para realizarem o que hoje é impensável para nossos cientistas sociais agarrados ao fenomênico: a ampliação das fronteiras do possível. Sem a resistência consciente e organizada dos operários, não apenas os assalariados em geral, como também os próprios operários são mais intensamente explorados. O que assistimos nas últimas décadas nos fornece indícios os mais fortes neste sentido. Como resultado da "reestruturação produtiva", nos balanços das empresas mas, também, na "contabilidade" nacional, tem caído a parcela da riqueza que cabe aos salários (sem contar, ainda, que as estatísticas oficiais não incluem a produção e a exploração dos setores informais e ilegais. Nos EUA apenas, segundo Petras, seriam cinco milhões de trabalhadores pesadamente explorados e cuja produção é incorporada ao cálculo da produtividade econômica sem que sejam contabilizados *per capita*). A concentração absurda da riqueza, e sua forma crescentemente volátil são expressões do aguçamento das contradições mais essenciais do sistema do capital. E se tudo isso não comparece na luta política mais epidérmica, como as eleições, não significa que tais fatores tenham simplesmente desaparecido.

No passado, as poucas vezes em que um descompasso comparável entre a esfera fenomênica e as contradições essenciais se afirmou por um período mais longo, criaram-se as condições para uma rápida reaproximação futura, em crises que recolocam na ordem do dia os antagonismos essenciais. Pois a relação essência e fenômeno é de tal ordem que aquilo que a "consciência fenomênica", como gosta de dizer Ivo Tonet, assume como o desaparecimento da essência é, na verdade, apenas uma forma particular da essência se mostrar em determinadas situações do processo histórico.

Quando se trata, hoje, de analisar a relação entre o trabalho e as classes sociais, ganha importância a opção por uma dessas duas posturas típicas. Pois, se nas crises revolucionárias as contradições mais essenciais predominam quase imediatamente sobre o mundo fenomênico, impondo assim às consciências (e, portanto, à ciência, aos complexos valorativos, à estética, etc.) a contradição capital/trabalho e a distinção entre operários e trabalhadores; nos períodos contra-revolucionários se dá exatamente o oposto. Parece haver uma cisão entre as contradições da produção e as que comparecem na esfera da luta política e sindical. Como o campo da ação se constrange, nestas circunstâncias, ao aqui e agora da luta imediata, é como se o essencial houvesse desaparecido. Se isto, na política, possibilita uma ação bem sucedida ainda pontualmente; na ciência só gera um conhecimento superficial que se esgota com a conjuntura. É o campo da produção das teorias acadêmicas que se sucedem umas às outras sem deixar maiores traços.

Também por isso, no presente momento do debate, a questão metodológica, adquire particular importância. É tendo em vista a história e seu movimento mais geral que pode-se suplantar o peso aparentemente insuportável das indicações empíricas dos mapas eleitorais e das pesquisas de opinião. É esta opção pela totalidade que nos possibilita compreender que, como vivemos em um período histórico contra-revolucionário, surpreendente seria que ocorresse o contrário!

É esta impoção histórico-ontológica, também, que nos possibilita, subjetivamente, a paciência histórica para não permitir que a pressa por respostas imediatas nos desoriente no emaranhado das contradições fenomênicas. Não adianta, voluntaristicamente, substituir a história por nossos desejos, ou fazer da necessidade virtude. Se a revolução proletária, aquela capaz de abolir o sistema do capital e abrir as portas para a emancipação humana, não se encontra na ordem do dia, não a tornaremos mais próxima alterando os nossos conceitos de comunismo, de revolução, de classes sociais ou de trabalho. Pelo contrário, com conceitos cujo horizonte se limita ao aqui e agora fenomênico, faremos uma ciência menos capaz de refletir a essência do momento histórico e, portanto, estaremos mais distantes de produzir uma concepção de mundo revolucionária.

Darei apenas um exemplo, para concluir: a expressão, pois está muito longe de ser um conceito científico, de "exclusão social". Ele expressa fielmente a

"consciência fenomênica", superficial: não haveria mais explorados, apenas "excluídos". E com duplo sentido. O primeiro, claramente preconceituoso, reforça o caráter de párias que os explorados sempre ocuparam na sociabilidade burguesa. O segundo, torna a questão da exploração não uma questão da superação da sociedade de classes, mas uma questão de inclusão dos párias à sociedade capitalista. O fato de, mesmo o desempregado mais "excluído", aquele miserável que povoa nossas cidades e nossos pesadelos de assalariados mais bem remunerados, servir para rebaixar os salários dos empregados e, assim, possuir uma função social importante para a intensificação da extração da mais-valia, este fato tão basilar da economia, é solenemente ignorado por esta expressão. Não resta qualquer dúvida que temos miseráveis: a única dúvida cabível, aqui, é da validade científica dessa expressão que reproduz acriticamente o caráter de párias dos explorados e ignora o papel econômico mesmo dos mais "excluídos". Esta expressão está tão longe de um conceito científico, que compartilha uma característica comum com as gírias: sua enorme imprecisão. As gírias são aquelas expressões lingüísticas que cumprem, entre outras, também a função de expressar as novas tendências da vida cotidiana, por vezes apenas momentânea, que não chegam a se explicitar a ponto de se refletirem na forma mais precisa de conceitos. Diferente do que ocorre com as gírias, contudo, ao ser incorporada ao discurso pretensamente científico, a enorme imprecisão da expressão "exclusão social" possibilita uma ampla gama de manipulações ideológicas. Acima de tudo confere uma aparência contestadora a um termo que pode ser empregado indistintamente pelos burocratas do Banco Mundial, do governo FHC e também pelos que se pretendem críticos ao *status quo*.

Fixados no aqui e agora e perdida a perspectiva história, o capital se torna perene e, a sociedade burguesa, o único futuro da humanidade. Nada mais natural, então, que explorados se convertam em "excluídos". Quando nos debruçamos sobre a questão da identidade da classe revolucionária, particular atenção deve ser prestada a fenômenos ideológicos como este que envolve a expressão "exclusão social". Pois, também neste caso, sem a perspectiva histórica o conceito de "trabalhador" tende a subsumir o de operário e o conceito de "democratização" a substituir o de revolução. Quando analisamos a relação entre as classes sociais e o trabalho, o que se impõe como necessidade científica é um esforço, metodologicamente alicerçado, da busca pelas determinações essenciais que configuram o mundo fenomênico tal como ele se apresenta nos dias de hoje. Entre estas, a contradição capital/trabalho e a distinção das funções sociais das classes a partir de sua inserção na estrutura produtiva, são das mais fundamentais. Se se mantém a exploração do trabalho pelo capital, continua também operante a distinção entre operários e trabalhadores assalariados em geral. Abandonado este solo ontológico, a discussão perde densidade científica.

Bibliografia

- Antunes, R. *Adeus ao Trabalho?* Ed. Cortez, 1995.
- Antunes, R. *Os Sentidos do Trabalho*. Boitempo, 1999.
- Claudin, F. *A crise do movimento comunista*. (dois tomos). Trad. José Paulo Netto. Ed. Global, Rio de Janeiro.
- Lukács, G. *Process of Democratization*. SUNNY Press, Nova Iorque, 1991.
- Lukács, G. "O Trabalho" in *Per una Ontologia dell'essere sociale*. Vol II/*, Riuniti Editori, 1984. (Tradução de Ivo Tonet)
- Marx, K. *A questão judaica*. Ed. Laemmert, Rio de Janeiro, 1969.
- Marx, K. *O 18 brumário de Louis Bonaparte*. Ed. Sociais/São Paulo, 1979.
- Marx, K. *O Capital*. Vol I, Tomo I, Ed. Abril, 1983.
- Marx, K., Engels, F. *O manifesto do partido comunista*. Cortez, S. Paulo, 1998.
- Mészáros, I. *Beyond Capital*. Merlin Press, Londres, 1995.
- Serge, V. *Ano I da Revolução Russa*, Ed. Ad Homminen, belo Horizonte, 1998.
- Serge, V. *Memórias de um revolucionário*, Cia. das Letras, 1987.
- Soboul, A. *História da Revolução Francesa*. Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1974.
- Trotsky, L. *História da Revolução Russa*. (três tomos) Ed. Paz e Terra, s/d.